



VI CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
VII SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
VI CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL

Eixo Movimentos Sociais e Participação Social

Circuitos Curtos de Comercialização como estratégia de inclusão social e geração de renda no campo da saúde mental: experiência extensionista em Minas Gerais.

Gabriela Alves Gomes¹
Maria Dutra Tavares²
Mariana Costa Carvalho³

Resumo: Este artigo apresenta o projeto de extensão SemeArt da Universidade Federal de Viçosa, Minas Gerais, que possui como objetivos a geração de renda e a inclusão social de pessoas em sofrimento psíquico. Com oficinas de produção de artesanatos e vendas em feiras locais de Circuitos Curtos de Comercialização as ações orientam-se a partir da economia solidária. Os Circuitos Curtos de Comercialização são espaços que valorizam a singularidades, promovem a participação e desenvolvimento de habilidades, e fortalece a articulação entre Economia Solidária, Trabalho e Saúde Mental. Como resultados sinalizamos o fortalecimento da autonomia, reconhecimento do território e enfrentamento da exclusão.

Palavras-chave: Circuitos Curtos de Comercialização; Inclusão Social; Geração de Renda; Saúde Mental; Economia Solidária.

Abstract: This article presents the SemeArt extension project from the Federal University of Viçosa, Minas Gerais, which aims to generate income and promote the social inclusion of people experiencing mental distress. Through workshops on handicraft production and sales at local Short Circuit Marketing fairs, the actions are guided by the principles of solidarity economy. Short Circuit Marketing spaces value individuality, promote participation and skills development, and strengthen the connection between Solidarity Economy, Work, and Mental Health. As a result, we highlight the strengthening of autonomy, recognition of territory, and the tackling of exclusion.

Keywords: Short Food Supply Chains; Social Inclusion; Income Generation; Mental Health; Solidarity Economy.

¹ Assistente Social. Mestranda em Política Social no Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Viçosa. Email: gabriela.a.gomes@ufv.br

² Graduanda em Serviço Social no Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Viçosa. Email: maria.d.tavares@ufv.br

³ Professora Adjunta no Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Viçosa. Doutora em Serviço Social. Email: marianaccarvalho@ufv.br



INTRODUÇÃO

Este artigo parte das ações realizadas pelo projeto de extensão “SemeArt: geração de trabalho e renda através da interseção entre saúde mental e economia solidária”, da Universidade Federal de Viçosa (UFV/MG). A experiência foi consolidada em 2016, através da parceria entre a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP/UFV), o Serviço de Atenção à Saúde Mental (Semente) do Instituto de Seguridade Social Agros/UFV e, mais recentemente, o Departamento de Serviço Social (DSE/UFV).

Possui como objetivos promover a inclusão social, autonomia⁴ e a geração de renda a partir do trabalho artesanal, conforme o viés da Economia Solidária (EcoSol). As atividades dão continuidade às ações já realizadas junto ao Grupo de Produção informal Semeart de Oficina de Produção Solidária, estabelecida pelo Serviço Semente em 2014, e possuem como público alvo pessoas com transtornos psiquiátricos crônicos e severos usuários(as) deste serviço.

A Oficina de Produção Solidária encontra respaldo nas Diretrizes Gerais das Políticas de Reforma Psiquiátrica e nos princípios da EcoSol, conforme estabelecido pela Portaria Interministerial nº 353, de 7 de março de 2005, dos Ministério da Saúde e Ministério do Trabalho e Emprego, que instituiu o Grupo de Trabalho de Saúde Mental e Economia Solidária, consolidando a articulação entre as políticas públicas de saúde mental e os pressupostos da EcoSol (Brasil, 2005).

A articulação entre trabalho, saúde mental e Economia Solidária vem se consolidando desde o final do século XX, inserida em um contexto de reflexões e debates críticos acerca da estigmatização e da marginalização de usuários(as) da saúde mental (Lussi; Pereira, 2011; Lima, 2021). No Brasil, essas reflexões ganharam força entre as décadas de 1970 e 1980, como desdobramento de um processo de transformação mais amplo impulsionado pelo movimento da Reforma Psiquiátrica Brasileira (RPB), que promoveu a reestruturação dos modelos assistenciais, jurídicos e socioculturais no campo da saúde mental, orientando-se pelos princípios da desinstitucionalização e da integração social desse público considerando as barreiras enfrentadas nos processos de inserção e permanência nas diversas esferas da vida social, a exemplo do mercado de trabalho (Carvalho; Gomes; Alves, 2022).

As Oficinas de Produção Solidária configuram-se, nesse sentido, como uma importante estratégia de geração de renda e de inclusão social por meio do trabalho, ao promoverem o fortalecimento de vínculos entre os sujeitos, a socialização, a aprendizagem coletiva, o desenvolvimento da autonomia, o reconhecimento do território, e a superação de diversas limitações vivenciadas pelos(as) participantes. Nesse contexto, a inserção em Circuitos Curtos de

⁴ Neste estudo, partimos do conceito de “autonomia” como a capacidade da pessoa humana de se autogovernar, isto é, de tomar decisões próprias e agir de maneira independente, com base em seus valores, objetivos, vontades e princípios, sem sofrer coerção externa. Sob essa perspectiva, compreendemos a autonomia como um conceito que se manifesta em diversos âmbitos da vida em sociedade, incluindo as dimensões pessoal, profissional, social e, claro, a financeira.



Comercialização (CCC), a exemplo da Feira de Economia Solidária e Agricultura Familiar – Quintal Solidário (ASPUV/UFV), se estabelece como uma ação estratégica, na medida em que amplia as possibilidades de reintegração social e comunitária, de geração de renda, de valorização da produção local e de manutenção do projeto.

1. SAÚDE MENTAL, TRABALHO E EXCLUSÃO SOCIAL: FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E PERSPECTIVAS

Até meados da década de 1970, a atenção à saúde mental, em âmbito mundial, era orientada pelo modelo manicomial, caracterizado pela exclusão social de pessoas em sofrimento psíquico por meio da internação compulsória em hospitais psiquiátricos — instituições marcadas por abandono, superlotação e sistemáticas violações de direitos humanos (Amarante, 2021).

No entanto, a partir do pós-Segunda Guerra Mundial, em um contexto de reconstrução social, crescimento econômico e fortalecimento dos movimentos em defesa dos direitos humanos, começaram a emergir críticas mais contundentes a esse modelo (Maciel *et al.*, 2008).

Nesse cenário, destaca-se o movimento da Reforma Psiquiátrica, fortemente influenciado pelas ideias do psiquiatra italiano Franco Basaglia. Para ele, era necessário romper com os estigmas que, historicamente, marcaram os “loucos” e defender sua inserção plena na vida social (Amarante, 2021). Basaglia propunha uma compreensão do sujeito para além da doença, valorizando sua autonomia e capacidade de transformação. A de sua abordagem levou a Organização Mundial da Saúde (OMS), a partir de 1973, a ampliar o debate internacional em torno do cuidado em liberdade (Brasil, 2004).

No Brasil, contudo, a Reforma Psiquiátrica só ganhou impulso político e institucional na década de 1980, no contexto da redemocratização do país. Nesse período, a luta antimanicomial se fortaleceu como um movimento ético e político, pautado na defesa da dignidade humana e na superação das práticas asilares (Amarante, 2021). A Constituição Federal de 1988 e a criação do Sistema Único de Saúde (SUS) consolidaram a saúde, física e mental, como um direito universal e um dever do Estado (Brasil, 1988).

Em 1989, foi aprovado o planejamento da Reforma Psiquiátrica brasileira, e em 2001, com a sanção da Lei nº 10.216 — conhecida como Lei Paulo Delgado — iniciaram-se mudanças estruturais no modelo de atenção à saúde mental, com o fechamento progressivo dos hospitais psiquiátricos e a criação dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), voltados ao cuidado territorializado, à humanização do atendimento e à reintegração social dos usuários (Brasil, 2004).

Neste novo paradigma, o trabalho surge como um dos pilares centrais da reabilitação psicossocial, sendo compreendido como meio de reconstrução da identidade, fortalecimento da autoestima e superação do estigma.

A III Conferência Nacional de Saúde Mental (CNSM), realizada em 2001, representou um marco no avanço da Reforma Psiquiátrica no Brasil ao trazer como tema central “Cuidar, sim.



Excluir, não”, reafirmando o compromisso com um modelo de atenção voltado para o cuidado em liberdade e a inclusão social das pessoas em sofrimento psíquico (Brasil, 2001).

A CNSM trouxe documentos como o “Relatório sobre Saúde Mental no Mundo 2001 – Saúde Mental: nova concepção, nova esperança”, da Organização Mundial da Saúde (OMS), que enfatizava a importância da inserção social por meio do trabalho, fortalecendo a perspectiva de que o cuidado em saúde mental vai além da dimensão clínica, alcançando aspectos subjetivos, sociais e políticos da vida dos sujeitos. Entre as deliberações, ganharam destaque as propostas que priorizavam políticas de geração de trabalho e renda, cooperativas sociais e iniciativas voltadas à economia solidária, visando romper com modelos tutelares e promover a autonomia dos usuários (OMS, 2002, p.15).

Tais ações evidenciam que o trabalho, além de fornecer meios de subsistência, atua na reconstrução da identidade, no fortalecimento da autoestima e na superação do estigma, sendo compreendido como ferramenta de transformação social. Assim, a reabilitação psicossocial passa a integrar o trabalho como eixo estruturante, reafirmando seu papel político na luta pela dignidade e cidadania das pessoas com sofrimento psíquico (Martins, 2019).

Desse modo, um novo significado do trabalho emerge da interlocução entre a saúde mental e os fundamentos da economia solidária, baseada na autogestão, solidariedade e finalidade econômica. Nesse campo, o trabalho da pessoa em sofrimento psíquico expressa o desejo de participação ativa em diversos campos sociais, mediante a conquista da autonomia, do acesso à renda, da inserção social e dos direitos (Martins, 2019).

No entanto, ao tratar da inserção no mercado de trabalho, a saúde mental propõe uma ética que forme trabalhadores críticos em relação aos discursos de dominação e ao utilitarismo impostos pelo próprio sistema econômico capitalista. Isso se dá, pois a tensão presente nesse processo busca garantir que a inserção laboral vá além da simples geração de renda, priorizando sobretudo a realização de atividades nas quais o sujeito possa se reinventar, transformar continuamente o trabalho que realiza e deixar suas marcas no mundo, sendo protagonista de sua própria produção. Essa perspectiva enfatiza a importância das trocas sociais efetivas e da construção de sentido no fazer cotidiano (Rodrigues; Yasui, 2016).

Dito isso, prioriza-se experiências estruturadas na economia solidária, que valoriza o sujeito a partir do seu fazer, promovendo relações de trabalho pautadas pela cooperação, autogestão e comércio justo. Tal priorização se alinha aos fundamentos da Reforma Psiquiátrica, que defende um cuidado em liberdade e o acesso a formas dignas de tratamento, pautadas pela autonomia e pela inclusão social (Rodrigues; Yasui, 2016).

Atualmente, com as novas abordagens da Reforma Psiquiátrica, a arte tem ganhado destaque como recurso terapêutico nos serviços de saúde mental. Suas práticas promovem lazer, autoestima, desenvolvimento de habilidades e expressão de emoções, funcionando como meio de comunicação e transformação pessoal, especialmente por meio de atividades como o artesanato (Croscato; Bueno, 2011). Observa-se com isso a relevância das oficinas como estratégias para a



reinserção psicossocial e a construção de vínculos, uma vez que esses espaços possibilitam aos usuários expressar sua subjetividade e singularidade de maneira autêntica, sem sofrerem repressões ou julgamentos morais e avaliativos (Dias, 2018).

Nesses ambientes, o usuário estabelece relações com seus pares e exercita a convivência por meio de uma comunicação que, embora nem sempre verbal, promove acolhimento, fazendo-o sentir-se aceito e respeitado. As oficinas, ao abordarem o sujeito em sofrimento mental sob uma perspectiva integrada, fortalecem sua autoestima, permitindo que ele se reconheça como titular de direitos, assim como qualquer outro indivíduo (Dias, 2018). A partir desse reconhecimento, o usuário é capaz de se posicionar e desenvolver suas potencialidades, muitas vezes esquecidas em decorrência da doença que compromete a identidade do sujeito e sua posição frente ao outro. Portanto, fundamentadas em uma perspectiva que visa a busca autonomia dos sujeitos, as oficinas buscam que estes se tornem protagonistas de suas próprias vidas e histórias, proporcionando uma compreensão do indivíduo para além do seu adoecimento mental (Dias, 2018).

Nesse contexto de articulação entre saúde mental, trabalho e inclusão social, surge o projeto SemeArt, que será explorado no próximo tópico. A iniciativa, desenvolvida na Universidade Federal de Viçosa/MG, representa uma experiência concreta de produção solidária e cuidado em liberdade, reafirmando os princípios da Reforma Psiquiátrica ao propor a construção de alternativas reais de inserção social pelo trabalho.

2. SemeArt: experiência extensionista em saúde mental e produção solidária na Universidade Federal de Viçosa

O projeto de extensão SemeArt é desenvolvido no âmbito da Universidade Federal de Viçosa, vinculado ao Serviço de Atenção à Saúde Mental Semente (Agros/UFV) em parceria com a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP/UFV) e, mais recentemente, com o Departamento de Serviço Social (DSE/UFV), tendo como objetivo acompanhar e assessorar o grupo informal de produção solidária composto por pessoas em sofrimento psíquico.

A origem do projeto remonta às ações da Oficina de Produção Solidária do Serviço Semente, formalizada em 2014 e fundamentada nos princípios da autogestão, solidariedade, cooperação e sustentabilidade, em consonância com as diretrizes da Economia Solidária e da Reforma Psiquiátrica (Carvalho; Gomes; Alves, 2022).

Nesse sentido – e compreendendo o trabalho como elemento central da vida e da construção da subjetividade, a experiência busca promover a inclusão social e a autonomia (sobretudo financeira) de pessoas em sofrimento psíquico, tendo em vista o histórico de exclusão deste grupo no mercado formal de trabalho e na convivência comunitária. Para além da dimensão econômica, a produção coletiva favorece vínculos afetivos, trocas simbólicas, aprendizado e reconhecimento social (Carvalho; Gomes; Tosta, 2020; Carvalho; Gomes; Alves, 2022).

Diante de desafios relacionados à comercialização e à sustentabilidade, a ITCP/UFV passou a apoiar o grupo a partir de 2016, estruturando ações formativas, fortalecendo a identidade coletiva



e ampliando os canais de comercialização. Essa parceria resultou na criação do projeto de extensão SemeArt, posteriormente, ampliado com a participação do Departamento de Serviço Social da UFV, consolidando-se como uma proposta interdisciplinar de geração de renda, cuidado coletivo e enfrentamento dos estigmas associados à “loucura” (Carvalho; Gomes; Alves, 2022).

O projeto adota uma metodologia participativa e dialógica, alinhada à extensão universitária crítica, promovendo oficinas de produção artesanal e comercialização realizadas, semanalmente e respectivamente, na sede da ITCP/UFV e na Feira de Economia Solidária e Agricultura Familiar - Quintal Solidário, também na UFV.

A equipe é composta por discentes de graduação e pós-graduação, bolsistas e voluntários(as), estagiário(a) do Agros, assistente social, técnica-administrativa docentes, com suporte técnico das equipes da ITCP e do Serviço Semente. As áreas de formação da equipe envolvida são: Serviço Social, Psicologia, Enfermagem, Medicina, Cooperativismo e Arquitetura.

A produção é planejada semestralmente, considerando habilidades, interesses e viabilidade econômica, sendo os produtos comercializados principalmente na Feira Quintal Solidário, além de encomendas e eventos institucionais (Carvalho; Gomes; Tosta, 2020).

A renda obtida é distribuída proporcionalmente às horas trabalhadas, com constituição de fundo comum simbólico, e a avaliação do projeto ocorre de forma contínua e participativa. Destaca-se, como marco da autonomia do grupo, a realização de oficinas ministradas por integrantes do próprio coletivo, evidenciando avanços no protagonismo e na construção de saberes (Carvalho; Gomes; Alves, 2022).

Além de promover impactos significativos na vida dos sujeitos atendidos, o projeto também contribui de forma relevante para a formação acadêmica e a qualificação profissional de discentes, docentes e técnicos que integram sua equipe. A iniciativa fortalece a articulação entre ensino, pesquisa e extensão, consolidando práticas acadêmicas integradas. A atuação interdisciplinar do Semente em parceria com a ITCP e o DSE, possibilita o contato com diferentes campos profissionais. Essa interação favorece a apropriação de conhecimentos relacionados à economia solidária e à saúde mental, além de ampliar os saberes dos participantes por meio da troca de experiências e do trabalho coletivo (Carvalho; Gomes; Alves, 2022).

Em 2019, o SemeArt participou de diversos eventos acadêmicos voltados ao debate sobre economia solidária e saúde mental, como o minicurso “Serviço Social, Interdisciplinaridade e Saúde Mental” e o cine-debate “Avanços e desafios na luta antimanicomial brasileira”, além de apresentar três artigos em eventos nacionais, incluindo o V Congresso da Rede de ITCPs, o Simpósio de Integração Acadêmica (SIA) da UFV e o III Seminário Nacional Serviço Social, Trabalho e Política Social da UFSC (Carvalho; Gomes; Alves, 2022).

Em 2022, após a suspensão das atividades presenciais devido à pandemia de COVID-19, o projeto retomou suas ações com submissões e apresentações acadêmicas, desenvolvimento de novos produtos, realização de oficinas de produção solidária, exposições e vendas na Feira Quintal



Solidário da UFV e participação no evento Troca de Saberes durante a Semana do Fazendeiro(Carvalho;Gomes;Alves,2022).

Já em 2025, o projeto ampliou sua inserção acadêmica com a aprovação de trabalhos no evento promovido pela Associação Latino-americana de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ALAEITS), espaço que reúne profissionais, docentes, discentes e pesquisadores para debater o percurso histórico do Serviço Social, seus desafios contemporâneos, perspectivas futuras e estratégias de resistência e transformação social na América Latina.

No mesmo ano, houve também a aprovação de artigo no VI Congresso da Rede de ITCPs, evento voltado ao compartilhamento de experiências em Economia Solidária, fortalecimento das redes e dos Empreendimentos Econômicos Solidários por meio da articulação entre ensino, pesquisa e extensão, além da submissão e apresentação de trabalho no III Congresso de Saúde Mental da Universidade Federal de Viçosa, reafirmando o compromisso do Semeart com a produção científica, a troca de saberes e o fortalecimento das práticas extensionistas(Carvalho;Gomes;Alves,2022).

Dessa forma, a trajetória do SemeArt evidencia como a extensão universitária pode atuar como espaço de construção coletiva de conhecimento, cuidado e inclusão social, articulando saúde mental, economia solidária e formação acadêmica. Ao mesmo tempo em que promove geração de renda e fortalecimento da autonomia dos participantes, o projeto também revela os desafios concretos envolvidos na manutenção de iniciativas dessa natureza, especialmente diante de limitações institucionais e estruturais(Carvalho;Gomes;Alves,2022).

Ainda assim, sua continuidade demonstra o potencial das ações extensionistas na criação de práticas mais inclusivas e participativas, reafirmando o papel da universidade pública na produção de respostas sociais comprometidas com a transformação das realidades vividas por pessoas em sofrimento psíquico(Carvalho;Gomes;Alves,2022).

Apesar dos resultados positivos, o SemeArt enfrenta desafios relacionados a restrições orçamentárias, limitações de infraestrutura, fragilidades na metodologia de incubação, rotatividade da equipe técnica e dificuldades de articulação interinstitucional. Tais fatores impactam a sustentabilidade do projeto, a precificação dos produtos e a participação do grupo em espaços decisórios, exigindo esforços contínuos de escuta, mediação e reorganização coletiva (Carvalho; Gomes; Alves, 2022).

Por fim, o projeto consolida-se como um relevante espaço de articulação entre universidade e comunidade, contribuindo para a formação crítica de estudantes e para os processos de reinserção social, geração de trabalho e renda e promoção da saúde mental de pessoas em sofrimento psíquico, reafirmando o papel social da universidade pública (Carvalho; Gomes; Alves, 2022).



3. POTENCIALIDADES E DESAFIOS DOS CIRCUITOS CURTOS DE COMERCIALIZAÇÃO

Os circuitos curtos de comercialização (CCC) são sistemas agroalimentares alternativos fundamentados na valorização da produção local, na origem conhecida dos alimentos e na construção de relações mais próximas entre produtores e consumidores (Ploeg, 2011).

De acordo com Almeida *et al.* (2021), quando um produto chega ao consumidor acompanhado de informações que permitem identificar onde foi produzido, por quem foi produzido e de que maneira ocorreu sua produção, podemos afirmar que ele está inserido em um CCC. Esses circuitos buscam reduzir a distância física e social entre quem produz e quem consome, fortalecendo economias regionais e promovendo formas mais diretas de comercialização (Chavante, 2019).

Além de representarem uma estratégia econômica, os CCC também expressam uma dimensão social e política do consumo. Conforme destaca Portilho (2020), tais iniciativas são frequentemente construídas pelos próprios sujeitos envolvidos na produção, como agricultores e artesãos, em articulação com a sociedade civil, partindo do entendimento de que o consumo constitui um ato político, na medida em que envolve escolhas relacionadas às formas de produção, aos impactos ambientais/sociais e às condições de trabalho envolvidas.

Nesse sentido, os consumidores inseridos nesses circuitos tendem a buscar alimentos mais saudáveis e produzidos de maneira socialmente justa e ambientalmente sustentável, valorizando práticas produtivas que respeitem a biodiversidade e os ciclos naturais. Esses princípios dialogam com os fundamentos da economia solidária, como o comércio justo, baseado em relações comerciais mais éticas, transparentes e responsáveis (Chavante, 2019). Nesse contexto, a sociedade civil organizada não aguarda exclusivamente iniciativas do Estado ou das estruturas tradicionais de mercado mas, ao invés disso, mobiliza-se e articula-se em redes capazes de gerar ações específicas e autossustentáveis (Almeida *et al.*, 2021).

Os circuitos curtos podem assumir diferentes formatos organizacionais. Entre eles destacam-se os grupos ou redes de consumo responsável, vendas diretas ou em domicílio, comercialização mediada por redes sociais digitais, mercados institucionais vinculados a políticas públicas, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), além de lojas especializadas em produtos orgânicos, feiras livres e feiras agroecológicas ou de economia solidária (Rover; Darolt, 2021).

Entre as modalidades dos circuitos curtos de comercialização, as feiras constituem uma de suas principais expressões, sendo organizadas coletivamente pelos feirantes e inseridas em um sistema agroalimentar que articula produção, beneficiamento, logística, distribuição, consumo e pós-consumo de alimentos (Darolt, 2021). Tais atividades são realizadas, predominantemente, em espaços públicos e caracterizam-se pela reprodução de valores culturais e identidades territoriais, além de promoverem a ressignificação das práticas de produção e consumo alimentar. Assim, sua



análise demanda compreender a comercialização como parte de um processo mais amplo de organização social e produtiva. (Gazolla, 2013).

Esses espaços também podem ser compreendidos como ambientes de troca de conhecimentos, nos quais agricultores compartilham experiências relacionadas às práticas de manejo, às estratégias de comercialização e ao acesso a políticas públicas (Medeiros; Marques, 2013). Além disso, contribuem para a preservação da diversidade agrícola e fortalecem a autonomia e a resistência da agricultura familiar frente aos mercados convencionais (Gazolla, 2013).

No contexto brasileiro, as feiras livres destacam-se como a principal forma de comercialização via circuitos curtos, assumindo significado que ultrapassa a dimensão econômica ao constituírem espaços de reprodução social e valorização do conhecimento tradicional, nos quais produtores e consumidores estabelecem relações diretas de troca (Godoy; Anjos, 2007). Contudo, sua organização e gestão tendem a permanecer sob maior protagonismo do poder público, sendo regulamentadas por legislações municipais e marcadas por processos decisórios predominantemente verticalizados (Darolt, 2021).

Por sua vez, as feiras vinculadas à agricultura familiar, à economia solidária e à agroecologia apresentam maior protagonismo das organizações sociais dos agricultores em sua criação e gestão, com decisões tomadas de forma horizontal e orientadas por critérios relacionados às práticas produtivas agroecológicas (Costa; Padilla, 2024). Apesar das diferenças organizacionais, ambas as modalidades são compreendidas como circuitos curtos de comercialização por reduzirem intermediários, aproximarem produção e consumo e valorizarem produtos locais e sazonais (Rover; Darolt, 2021).

Embora os circuitos curtos de comercialização desempenhem papel relevante no fortalecimento da agricultura familiar e na aproximação entre produtores e consumidores, sua consolidação ainda encontra diversos desafios. Esses espaços, apesar do potencial social, econômico e territorial, permanecem pouco ampliados e enfrentam obstáculos que limitam sua expansão e continuidade (Medeiros; Marques, 2013). Entre as principais dificuldades destacam-se a baixa rentabilidade das iniciativas, o alcance restrito do público consumidor e o número reduzido de participantes envolvidos nas experiências, fatores que impactam diretamente sua sustentabilidade (Freitas, 2025).

Além das limitações econômicas, existem desafios organizacionais e estruturais que influenciam o funcionamento dessas iniciativas. A necessidade de articulação coletiva, a divisão de responsabilidades entre os participantes e a manutenção de processos decisórios participativos exigem níveis elevados de organização social. Em muitos casos, a ausência de apoio institucional contínuo e de políticas públicas específicas dificulta a manutenção das feiras e demais espaços de comercialização, tornando essas experiências dependentes do engajamento voluntário dos atores envolvidos (Freitas, 2025).

Outro aspecto relevante refere-se à inserção dos circuitos curtos em um sistema alimentar ainda marcado pela predominância das cadeias longas de comercialização. A concorrência com



mercados convencionais, aliada à menor visibilidade dessas iniciativas, pode limitar o acesso a novos consumidores e restringir sua capacidade de crescimento. Nesse sentido, o fortalecimento dos circuitos curtos demanda estratégias integradas que envolvam poder público, sociedade civil e organizações locais, de modo a ampliar sua viabilidade econômica e garantir sua permanência como alternativa sustentável de abastecimento alimentar (Freitas, 2025).

O projeto Semeart se insere nessa experiência de Circuitos Curtos de Comercialização, ao participar do espaço da Feira Quintal Solidário, na Universidade Federal de Viçosa, cuja a apresentação será realizada a seguir.

3.1 As feiras de Economia solidária, agricultura familiar e agroecologia: experiência na zona da Mata Mineira

Criado em 2016, o Quintal Solidário constitui-se como uma iniciativa de economia solidária e agricultura familiar, realizada semanalmente no espaço da Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal de Viçosa (ASPUV), no município de Viçosa. A experiência resulta da parceria entre a ASPUV e a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP-UFV), contando ainda com o apoio de diversas instituições da universidade e da região. Desde sua criação, o Quintal Solidário tem assumido relevância econômica, social e cultural para agricultores familiares, empreendimentos econômicos solidários, estudantes e demais cidadãos viçosenses (Costa; Santos; Priore, 2019).

O espaço reúne agricultores familiares e empreendimentos solidários organizados, predominantemente, em três segmentos: hortifrúti, alimentos processados e artesanato. Para além da função mercantil, a feira configura-se como um espaço ampliado de convivência, lazer e cultura, oferecendo oficinas, apresentações artísticas e atividades voltadas ao público infantil. Essas ações reforçam a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, princípio estruturante da universidade pública, e contribuem para a socialização dos valores da economia solidária e da agroecologia.

Os objetivos do Quintal Solidário estão orientados à promoção da agroecologia por intermédio da economia solidária e da agricultura familiar, ao fortalecimento do comércio justo, do consumo consciente e da segurança alimentar e nutricional. Nesse sentido, a iniciativa busca integrar produtores e consumidores, fomentar relações solidárias, gerar trabalho e renda e incentivar práticas produtivas agroecológicas. Tais objetivos se expressam na humanização dos processos de produção e comercialização, compreendidos desde a obtenção da matéria-prima até a realização das atividades de venda, formação e convivência no espaço da feira.

Os resultados do Quintal Solidário evidenciam a consolidação de um mercado ou espaço de comercialização diferenciado, caracterizado pela geração de renda, pela assessoria técnica e formativa aos empreendimentos, pela interação social e pela articulação entre ensino, pesquisa e extensão, além do fortalecimento do comércio justo e do consumo solidário (Costa; Santos; Priore,



2019). Nessa perspectiva, as feiras de economia solidária assumem papel central ao possibilitarem aos pequenos agricultores a geração de trabalho e renda sem a intermediação de atravessadores, favorecendo a aproximação entre produtores e consumidores, a socialização dos produtos e dos conhecimentos sobre os processos produtivos, bem como a construção de relações mais justas quanto aos preços e às formas de comercialização (Rodrigues; Costa; Priore, 2021).

No contexto específico de Viçosa, as feiras livres integram a dinâmica urbana desde 1967, sendo atualmente contabilizadas cinco feiras no município. Dentre elas, o Quintal Solidário destaca-se por seu papel estratégico na promoção da agricultura familiar, da agroecologia e da economia solidária, tanto no âmbito local quanto regional. Os produtos mais consumidos no espaço são os hortifrutigranjeiros, os alimentos prontos para consumo no local e os alimentos processados, seguidos pelo artesanato. As principais motivações dos consumidores para frequentar a feira incluem o ambiente agradável, a qualidade dos produtos, o interesse por uma alimentação mais saudável e a valorização da agricultura familiar e da agroecologia (Costa; Santos; Priore, 2019; Rodrigues; Costa; Priore, 2021).

Estudos sobre o Quintal Solidário indicam que a feira é percebida não apenas como um espaço de compra e venda, mas também como um local de socialização, lazer e pertencimento, no qual os aspectos culturais e simbólicos assumem importância equivalente aos econômicos. Os consumidores demonstram confiança na procedência dos produtos e reconhecem o valor agregado associado às práticas sustentáveis e às relações diretas com os produtores. Observa-se, contudo, que o perfil do público apresenta forte inserção no meio acadêmico, o que aponta para a necessidade de ampliação das estratégias de divulgação, visando alcançar de forma mais efetiva a população do município como um todo (Costa; Santos; Priore, 2019; Costa; Santos; Priore, 2019).

Conclui-se que a experiência do Quintal Solidário evidencia a importância dos circuitos curtos de comercialização e da economia solidária como estratégias de resiliência frente a crises sanitárias e econômicas, reafirmando o papel das feiras agroecológicas como espaços fundamentais para a geração de renda, a promoção da segurança alimentar e nutricional e o fortalecimento dos vínculos sociais no contexto da agricultura familiar.

4. RESULTADOS E CONCLUSÕES

A análise da experiência do projeto SemeArt mostra que iniciativas que articulam saúde mental, trabalho e economia solidária podem contribuir de forma significativa para o enfrentamento da exclusão social vivenciada por pessoas em sofrimento psíquico. Logo, mais do que gerar renda, essas ações criam possibilidades reais de participação social e de construção de autonomia. A Reforma Psiquiátrica Brasileira defende o cuidado em liberdade e a inserção social como parte fundamental do processo de cuidado, superando práticas historicamente marcadas pelo isolamento e pela exclusão (Amarante, 2021). Nesse sentido, a participação em Circuitos Curtos de Comercialização (CCC) amplia as oportunidades de inserção social ao criar espaços concretos de



convivência e reconhecimento.

Historicamente, pessoas acompanhadas pelos serviços de saúde mental foram afastadas dos espaços produtivos, principalmente devido ao estigma associado à loucura e à ideia de incapacidade para o trabalho. Quando o trabalho é pensado fora da lógica competitiva do mercado tradicional, ele passa a contribuir para a reconstrução da identidade social e para o fortalecimento da autonomia dos sujeitos (Lussi; Pereira, 2011). Assim, as atividades produtivas desenvolvidas no projeto assumem um caráter relacional e coletivo, favorecendo o reconhecimento dos participantes como protagonistas de suas trajetórias (Rodrigues; Yasui, 2016).

Os Circuitos Curtos de Comercialização ocupam papel central nessa experiência ao aproximarem produtores e consumidores e reduzirem a distância entre quem produz e quem consome (Ploeg, 2011). Mais do que uma alternativa econômica, os CCC também incentivam formas de consumo mais conscientes, nas quais o valor do produto está ligado às relações sociais e ao processo de produção (Portilho, 2020). As feiras solidárias, nesse contexto, tornam-se espaços de troca direta, diálogo e construção de confiança entre participantes e comunidade, fortalecendo a valorização da produção local (Rover; Darolt, 2021).

A experiência da Feira Quintal Solidário demonstra que esses espaços vão além da comercialização. A feira funciona como ambiente de convivência e socialização, permitindo que os participantes sejam reconhecidos socialmente para além da condição de usuários da saúde mental (Costa; Santos; Priore, 2019). Esse contato direto com o público contribui para reduzir estigmas e ampliar o reconhecimento social dos sujeitos e de seus produtos (Rodrigues; Costa; Priore, 2021).

Apesar dos avanços observados, os Circuitos Curtos de Comercialização ainda enfrentam desafios importantes, especialmente relacionados à sustentabilidade econômica e à ampliação do público consumidor (Medeiros; Marques, 2013). Muitas dessas iniciativas dependem do apoio institucional e da continuidade de políticas públicas, o que evidencia seus limites diante das desigualdades estruturais existentes. A permanência e o fortalecimento desses circuitos exigem políticas que apoiem experiências territoriais de comercialização alternativa e garantam condições para sua continuidade (Freitas, 2025).

Nesse cenário, a universidade pública desempenha papel relevante ao aproximar conhecimento acadêmico e demandas sociais concretas. A extensão universitária contribui tanto para a formação dos estudantes quanto para o fortalecimento de iniciativas comunitárias comprometidas com a inclusão social (Carvalho; Gomes; Alves, 2022). A experiência do SemeArt demonstra que ações extensionistas podem ampliar redes de apoio e fortalecer processos coletivos de participação social (Carvalho; Gomes; Tosta, 2020).

Dessa forma, a articulação entre economia solidária e Circuitos Curtos de Comercialização mostra-se uma estratégia importante de reabilitação psicossocial ao reconhecer o trabalho como parte fundamental da vida social e da construção da autonomia (Martins, 2019). No entanto, seu potencial transformador depende da ampliação de políticas públicas que garantam maior estabilidade e continuidade a essas experiências. Ao promover produção coletiva, circulação



econômica e reconhecimento social, essas iniciativas reafirmam os princípios do cuidado em liberdade defendidos pela Reforma Psiquiátrica Brasileira (Amarante, 2021).

Por fim, a experiência do SemeArt indica que os Circuitos Curtos de Comercialização não devem ser vistos apenas como espaços alternativos de venda, mas como práticas sociais capazes de produzir inclusão, fortalecer vínculos comunitários e ampliar a participação social. Ainda que não resolvam sozinhos as desigualdades estruturais presentes no campo da saúde mental, essas iniciativas apontam caminhos concretos para formas mais solidárias e inclusivas de trabalho e de organização econômica, reforçando a importância do apoio contínuo das políticas públicas voltadas à inclusão social em saúde mental (Carvalho; Gomes; Alves, 2022).

5. REFERÊNCIAS

AMARANTE, Paulo. **Loucura e Transformação Social**: autobiografia da reforma psiquiátrica no Brasil. São Paulo - SP: Zagodoni Editora Eireli, 2021. 159 p.

ALMEIDA, Fabíola R. R. de; GRANDO, Gustavo H. C.; SOUZA, Nayã M. de; DAROLT, Moacir R. **Circuitos de circulação e comercialização de alimentos agroecológicos entre redes**. In: DAROLT, Moacir Roberto; ROVER, Oscar José (org.). Circuitos curtos de comercialização, agroecologia e inovação social. Florianópolis: Estúdio Semprelo, 2021. p. 157-169. Acesso em: 21 fev. 2026.

CARVALHO, Mariana Costa; GOMES, Gabriela Alves; ALVES, Willian Luiz Ferreira. **Extensão Universitária e Saúde Mental**: metodologias participativas no projeto Semeart na Universidade Federal de Viçosa/MG. IV Seminário Nacional: Serviço Social, Trabalho e Política Social – SENASS, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis (p. 1-11). 04 a 06 de julho de 2022.

CARVALHO, Mariana Costa; GOMES, Gabriela Santos; TOSTA, Kívia Silva. **SEMEART: experiência de produção solidária e saúde mental na Universidade Federal de Viçosa/MG**. Simpósio Internacional Trabalho, Relações de Trabalho, Educação e Identidade. Novembro de 2020.

CHAVANTE, Brenda Stephanie de O. et al. **Circuito curto de comercialização de alimentos orgânicos: encurtando caminhos entre produtores e consumidores**. Castanhal: IFPA, 2019. 20 p. (Série Caminhos na Agroecologia). Acesso em: 21 fev. 2026.

COSTA, Bianca Aparecida Lima; SANTOS, C. C. B.; PRIORI, Sílvia Eloiza. Aproximando produção e consumo: a experiência do projeto de extensão “Quintal Solidário”. **Revista ELO - Diálogos em Extensão**, Volume 08, número 01, p. 9-14, junho de 2019.

COSTA, Bianca Lima; PADILLA, Mamen Cuéllar. **Circuitos curtos de comercialização e agroecologia: experiências do Brasil e da Espanha**. Interações, Campo Grande, MS, v. 25, n. 4, e2544114, out./dez. 2024. Acesso em: 21 fev. 2026.

DAROLT, Moacir Roberto. **Feiras orgânicas e agroecológicas públicas: o caso de Curitiba-PR**. In: DAROLT, Moacir Roberto; ROVER, Oscar José (org.). Circuitos curtos de comercialização, agroecologia e inovação social. Florianópolis: Estúdio Semprelo, 2021. Acesso em: 21 fev. 2026.

DAROLT, Moacir Roberto; ROVER, Oscar José (org.). **Circuitos curtos de comercialização, agroecologia e inovação social**. Florianópolis: Estúdio Semprelo, 2021. Ebook. Acesso em:



21 fev. 2026.

FREITAS, Isabela Fredes de. **Feiras como circuitos curtos de comercialização: um olhar sobre experiências na Zona da Mata Mineira**. 2025. 190 f. Dissertação (Mestrado em Agroecologia) – Universidade Federal de Viçosa, Departamento de Solos, Viçosa, MG, 2025. Acesso em: 21 fev. 2026.

GAZOLLA, Marcio. **Os mercados das agroindústrias familiares: produção de novidades e transições sociotécnicas no regime agroalimentar**. In: CONTERATO, Marcelo Antonio et al. (org.). *Mercados e agricultura familiar: interfaces, conexões e conflitos*. Porto Alegre: Via Sapiens, 2013.

GODOY, Wilson Itamar; ANJOS, Flávio Sacco dos. **A importância das feiras livres ecológicas: um espaço de trocas e saberes na economia local**. *Revista Brasileira de Agroecologia*, v. 2, n. 1, 2007. Acesso em: 21 fev. 2026.

LIMA, Dassayeve Távora. **A loucura na sociedade de classes**. In: Boitempo. 2014. Disponível em: < <https://blogdaboitempo.com.br/2021/09/14/a-loucura-na-sociedade-de-classes/>>. Acesso em: 01 de maio de 2025.

LUSSI, Isabela Aparecida de Oliveira; PEREIRA, Maria Alice Ornellas. Empresa social e empresa solidária: perspectivas no campo da inserção laboral de portadores de transtorno mental. **Revista Esc Enfermagem**. São Paulo, v.45, n.2, p. 515-521, abril de 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/reeusp/v45n2/v45n2a29.pdf>> . Acesso em: 02 de março de 2024.

MARTINS, Matheus Eduardo Rodrigues; ASSIS, Fátima Buchele; BOLSONI, Carolina Carvalho. Ressuscitando a indústria da loucura?!. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, v. 23, p. e190275, 2019.

MEDEIROS, Monique; MARQUES, Flávia Charão. **Plantando ideias inovadoras, colhendo transformações na agricultura familiar: a produção de base ecológica e a construção social de mercados no sul do Rio Grande do Sul**. In: CONTERATO, Marcelo Antonio et al. (org.). *Mercados e agricultura familiar: interfaces, conexões e conflitos*. Porto Alegre: Via Sapiens, 2013.

PLOEG, Jan Douwe van der. **Trajetórias do desenvolvimento rural: pesquisa comparativa internacional**. *Sociologias*, v. 13, n. 27, p. 114-140, 2011. Acesso em: 21 fev. 2026.

PORTILHO, Fátima. **Ativismo alimentar e consumo político: duas gerações de ativismo alimentar no Brasil**. *Redes*, Santa Cruz do Sul, v. 25, n. 2, p. 411-432, maio/ago. 2020. Acesso em: 21 fev. 2026.

RODRIGUES, Ariana Campana e YASUI, Silvio. **Oficinas de geração de trabalho e renda na atenção psicossocial: reflexões sobre um equipamento e suas produções de cuidado**. *Cad. Bras. Saúde Ment.* [online]. 2016, vol.8, n.20, pp.1-23.

RODRIGUES, Samilla Nunes Rezende; COSTA, Bianca Aparecida Lima; PRIORE, Sílvia Eloiza. **Economia solidária, agricultura familiar e agroecologia: Análise do perfil dos(as) consumidores(as) da feira “Quintal Solidário” (Viçosa, MG)**. *Otra Economía*, vol. 14, n. 26, p. 49-61, julho-dezembro de 2021.